

*A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS***A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS**Maico Apaguenho Curico<sup>1</sup>Aluízio Moreira de Souza<sup>2</sup>Larissa de Sousa Silva<sup>3</sup>Roberto Sávio Rodrigues Brasil<sup>4</sup>Estélio Lopes Cardoso<sup>5</sup>Aline Edilane Ribeiro de Castro<sup>6</sup>Laisse Andressa Nascimento dos Santos<sup>7</sup>

**Resumo:** Para entendermos os movimentos sociais no país, requer entendermos que existem causas sociais que se multiplicam em inúmeros movimentos como o indígena, quilombola o do sem terras, que brigam pela sua territorialidade que vão além do estado nacional com suas reivindicações particulares, que vai além do fato de obter um território esse pode variar conforme a causa sendo tivemos como metodologia nesse artigo uma pesquisa sobre assunto em revistas indexadas, portanto, para entendermos os fenômenos espaciais é necessário compreender esses movimentos, para se ter uma análise espacial dos fenômenos.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, Territorialidades, Causas, Poder.

**THE SEARCH FOR SOCIAL GROUP ENDINGS**

**Abstract:** In order to understand the social movements in the country, it is necessary to understand that there are social causes that multiply in countless movements such as the indigenous, the quilombola or the landless, who fight for their territoriality that go beyond the national state with their particular claims, which goes beyond the fact of obtaining a territory that can vary according to the cause and we had as a methodology in this article

---

<sup>1</sup>Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, ESP. em Metodologia do Ensino de Geografia e História pela Universidade da Venda do Imigrante-FAVENI, Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR.

<sup>2</sup> Graduado em Geografia e História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA/Sobral/CE, Professor de História e Geografia da SEDUC/Porto Velho-RO, Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

<sup>3</sup>Graduada em Geografia Pela Universidade Federal do Oeste do Pará, Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

<sup>4</sup> Graduado em Geografia Pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA, Esp. em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Esp. em Geografia Regional Brasileiro pela Universidade da Venda do Imigrante-FAVENI, Prof. da SEMED do Município de Manicoré-AM, Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR.

<sup>5</sup> Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR.

<sup>6</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Prfa.do Município de Urupá-RO e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR.

<sup>7</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Bacharel em Fonoaudióloga, Profa. da cidade de Porto Velho-RO e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR.

## *A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS*

a research on the subject in indexed magazines, therefore, to understand the spatial phenomena it is necessary to understand these movements, to have a spatial analysis of the phenomena .

**Keywords:** Social Movements, Territorialities, Causes, Power.

### **INTRODUÇÃO**

O artigo intitulado a Busca das Terminalidades dos Grupos Sociais, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca compreender movimentos sociais no país, destacando-se inúmeros movimentos como o indígena e o quilombola, dando ênfase aos seus patrimônios como suas terras, que lutam pela sua territorialidade e vão além do estado nacional com suas reivindicações particulares e essa luta vai além do fato de obter um território.

A compreensão do espaço geográfico perpassa pelos fenômenos sociais como os grupos organizados, como os movimentos indígenas, quilombolas, os sem terras, que brigam por diferentes causas sociais, que vão além do território, esses grupos reivindicam causas sociais que muitas vezes o estado nacional não consegue atender por isso, buscam em suas causas ou em suas territorialidades que vai além do estado.

No início do século XX, a questão indígena não era tratada substancialmente como se fosse social ou política. Estava situada nos conflitos de interesse econômico em torno da posse de terras. A Constituição de 1891 não tratava de forma substancial da questão, fazendo apenas breve menção a um possível reconhecimento de terras que eventualmente tivessem sido reconhecidas anteriormente pela Coroa portuguesa. Índios continuavam sendo vistos como problema para o desenvolvimento nacional e como obstáculo para o progresso nacional (SILVA, 2018, p. 02).

Esta visão se perdura nos dias atuais, muitos indígenas, povos originários ainda sofrem com o sistema capitalista. Sistemas voltados para o eurocentrismo, que muitos ainda usam pra invadir terras indígenas na busca de explorar as matérias primas que há em seus territórios, e assim afetando a vida de muitos povos do território brasileiro.

### **METODOLOGIA**

O artigo consiste, em uma pesquisa bibliográfica segundo buscando em diversas fontes para assim conseguirmos embasamentos necessários que discutem sobre a temática. A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre

## *A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS*

a teoria que direcionou o trabalho científico o que necessitou uma dedicação, estudo e análise pelos autores no qual reuniu-se e analisou-se textos publicados, para apoiar o trabalho, com revistas indexadas acadêmicas, sobre a temática. Artigos, livros e revistas foram de grande importância, nas quais foram encontradas informações prévias para o enriquecimento na realização da pesquisa, buscando contribuição de vários autores que trabalham na temática.

### **RESULTADO E DISCUSSÃO**

Diante dos textos analisados sobre o entendimento do poder no espaço, nos possibilitou atentar-se para o entendimento do espaço e poder como geógrafo francês Paulo Claval (1979) nos retrata, essa é uma das formas de compreender o poder e a sociedade, sendo uma das formas de entendimento mais antiga da ciência geográfica.

Além de ter o mérito de ter sido um dos primeiros a romper com um prisma que somente pensava o território a partir do Estado Nação Moderno, Gottmann também deu significativa contribuição à incorporação da dimensão simbólica por esse conceito. Afirmava ele, em obra do início da década de 1970, que “O significado do território mudou consideravelmente no passado e mesmo durante o século XX”<sup>8</sup>(GOTTMANN, 1973, p.3); que em seu caráter empírico, “no seu uso moderno e legal, ele designa uma porção do espaço geográfico sob jurisdição de um certo povo [por meio do Estado-Nação] (GOTTMANN, 1973, p.5)”, mas como ferramenta analítica e conceitual voltada ao entendimento de casos diversos (e não apenas aqueles referentes ao Estado Moderno), seria melhor “pensá-lo como a expressão geográfica tanto de uma função social quanto de uma instituição enraizada no psicológico das pessoas” (GOTTMANN, 1973, p.7) (Neto, 7, 2021).

Como o geógrafo inglês acima salientou que o poder não é só restrito aos estados modernos, ou seja. Existem outras formas de poder na sociedade para além dos estados nacionais, como os grupos sociais organizados que produzem suas geopolíticas como fala Vesentini (2013). Sendo assim abaixo notamos que a geopolítica deve ser entendida no plural que são várias formas de poder social no espaço.

Desprende-se ainda da geopolítica crítica uma forma radicalizada de se fazer política, respaldada pelo reconhecimento do outro como uma categoria, em si mesma, político-geográfica. Esse suposto remete à constatação de que existem circuitos alternativos de ideias às representações e práticas geopolíticas hegemônicas que nos permitiriam aplicar a imaginação geográfica a movimentos dissidentes, quais sejam aqueles construtores de novas espacialidades do político (LIMA, 2013:9). Essa aplicação das imaginações

## A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS

geográficas aos movimentos dissidentes nos revelaria, então, as práticas antigeopolíticas (IRIAS, 2014, p. 103).

Diante disso, além do meio natural a Amazônia, apontada por Becker (1990), é uma floresta urbanizada além de ter importância mundial, tem uma população diversificada inserida nela conforme a figura 01, abaixo.



Figura 01. População da Amazônia brasileira.  
Fonte: IBGE, 2021.

Sendo assim, para se compreender o processo de urbanização da Amazônia como notamos abaixo pelo geógrafo Trindade Júnior (2013), vai além do crescimento das cidades e seu tamanho especial, e sim é relacionado ao modo de ser, que pode se estender ao meio rural por exemplo.

Ainda que os números da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontem aproximadamente 70% da população da região Norte vivendo nas cidades e vilas, há necessidade de entender o processo de urbanização da região para além desses números, aqui identificados simplesmente como urbanização da população.

Essa necessidade parece se impor sob pena de reduzirmos a concepção de urbanização à sua natureza estritamente demográfica, populacional, portanto, e anular a riqueza das noções de urbanização como processo socioespacial. Alguns autores, preocupados em desmistificar aqueles números por considerá-los exagerados, argumentaram sobre a existência de uma urbanização estatisticamente

(descriteriosa, propondo, por um lado, não só um patamar populacional de 20.000 habitantes para diferenciar aglomerados urbanos e rurais na região, como também, por outro, estabelecendo a crítica à teoria da fronteira urbana (...)) (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 90).

Sendo assim, a luta política social na Amazônia existe por diferente grupo que formam a região, com suas diferenças causas, ou seja, formando suas territorialidades contra a hegemonia do grande capital nacional e internacional na Amazônia.

## *A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS*

As reflexões acerca dos direitos dos indígenas e populações tradicionais da Amazônia, em seu contexto histórico e geográfico ao longo do processo de ocupação na região, transportam a noção de invisibilidade, apesar de essas populações possuírem estreita vinculação com a natureza e estabelecerem modos de vida singulares, o que pode ser conceitualmente entendido como uma etnoecologia.

A esse respeito, a etnoecologia é apresentada como um campo interdisciplinar que se propõe realizar estudos inerentes às relações das populações locais com os ecossistemas, os quais se alicerçam nos conhecimentos, valores, crenças vernaculares e sistemas de adaptação desenvolvidos para sobreviver (MARQUES, 2001 apud ALVES & MARQUES, 2005; TOLEDO & BARRERABASSOLS, 2009)<sup>1</sup>. Em outras palavras, poderíamos afirmar que a base de sustentação desses povos é o espaço de ação e de representações simbólicas (CASSIRER, 1968 [1944]; CASSIRER, 1992 [1925]).

Não podemos esquecer, e entender que o território amazônico, culturalmente não é só composto pela a população indígena sendo ela apesar de tudo ser predominante na região, existem outros grupos sociais além dos indígenas na região, como os chamados de ribeirinhos, vem as margens do rios, e usam desses espaços como forma de sua sobrevivência.

Ao se observar a extensão territorial da Amazônia Legal, não se pode negar a diversidade sociocultural que lá ocorre e que abrange os índios, os caboclos, os pescadores artesanais, os remanescentes de comunidades de quilombos, os seringueiros e muitos outros grupos. Esses segmentos sociais têm sido agrupados sob diversas categorias, como “comunidades”, “povos”, “culturas”, que se fazem acompanhar de adjetivos como “tradicionais” ou “autóctones”. Para Edna Castro (1997, p. 228), essas categorias compõem um leque de grupos sociais nomeados pelas atividades exercidas, nomeações essas permeadas de ambiguidades, já que poucos dizem sobre os sistemas de representação que os unem e sobre as orientações de suas ações políticas. (LIMA; PEREIRA, p. 108, 2007).

Cada grupo, apontado pelos autores, têm suas especificidades, como seus costumes, cultura, língua e etc, e estão inseridos em grande parte da Amazônia brasileira. Cada grupo enfrenta suas problemáticas provenientes do capitalismo, com isso surgem grandes lutas sociais, na busca de pertencimento de suas terras e territórios.

Na figura abaixo, notamos que a região é conflitiva trazendo à tona inúmeras situações tendo como “briga” a luta pelo território para estabelecer um grupo social no poder.

## A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS

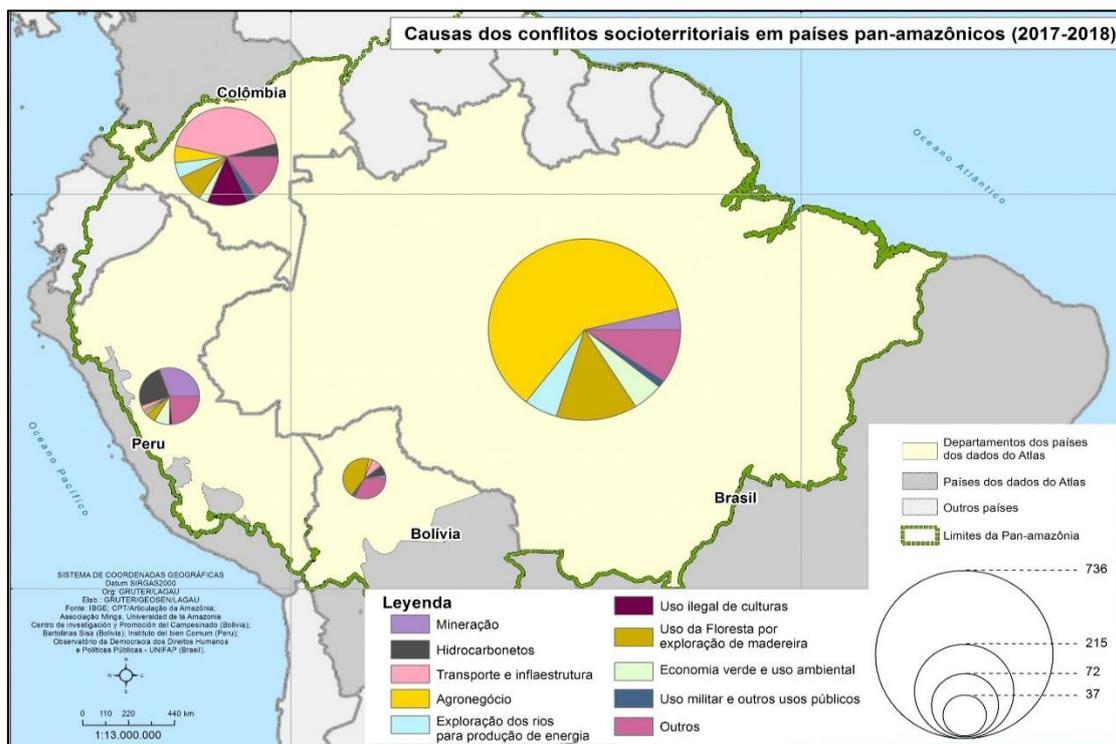


Figura 02. Conflitos Territoriais na Amazônia.

Fonte: <https://observatoriodh.com.br/?p=2905>

Se contraponto, as organizações hegemônicas sociais os grupos da sociedade organizada tentam demonstrar uma política organizada da sociedade estabelecendo o poder no espaço.

O primeiro, presença ofuscante na consciência social, tem nome definido e inscrição temporal supostamente clara: a crise financeira global. Prenunciada já em meados do ano anterior, quando se tornou evidente a situação precária do mercado norte-americano de dívidas hipotecárias, a crise manifestou-se abertamente em março, com a quebra do Bear Stearns, quinto maior banco de investimento dos Estados Unidos, que fora antecedida de perto pela nacionalização temporária do Northern Rock pelo Banco da Inglaterra. O susto, porém, não durou muito, e pouco depois a estranha impressão que se tinha era de um rápido retorno à normalidade. A catástrofe ocorreu em 15 de setembro, quando o Tesouro americano decidiu deixar à própria sorte o Lehman Brothers, quarto maior banco de investimento do país, cuja falência espalhou o pânico por todos os cantos do mundo, quebrando traumáticamente os laços de confiança que sustentam a cadeia do crédito. A conversão do choque financeiro em crise econômica foi quase imediata. Apesar da resistência surpreendente exibida pela China e pela Índia, e da rápida e vigorosa recuperação brasileira, a crise econômica continua uma realidade sombria em março de 2010, quando estas linhas são escritas – os países bálticos mergulhados em profunda recessão e a moeda europeia ameaçada em sua integridade pela situação calamitosa das contas públicas em vários países da Zona do Euro, a começar pela Grécia. (CRUZ, 2011, p. 07).

## A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS

Passando o século XX onde se oficializou a geopolítica, essa no primeiro momento se propagou pelos estados nacionais, no entanto, as lutas pelo poder no espaço, foram aparecendo para os grupos sociais organizados que têm uma causa própria.

Para falar em multiterritorialidade precisamos, em primeiro lugar, esclarecer o que entendemos por território e por territorialidade. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terro-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “a Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2014, p. 1).

As imagens atreladas aos estados surgem com a Europa e o mundo Ocidental, no Brasil com a emergência das causas indígenas como a luta pelo o território a organização desses povos surgem em todo s, como uma das causas fundamentais muitas vezes se colocando contra o estado nacional.

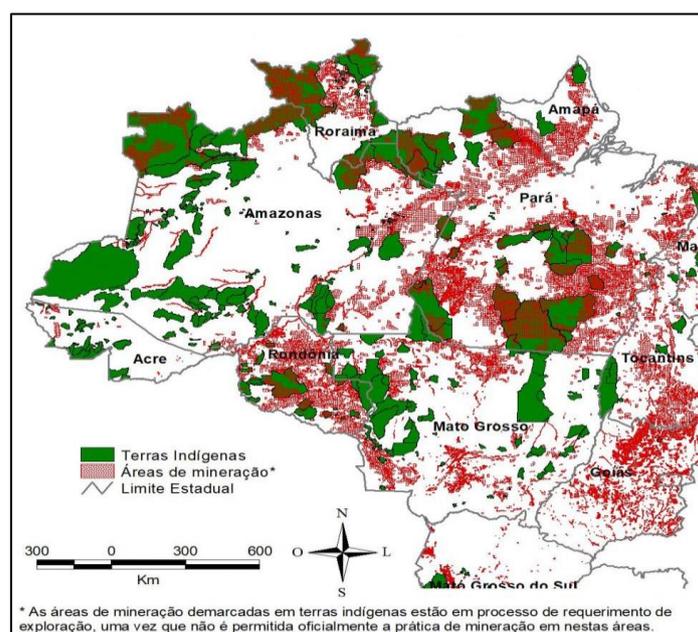


Figura 03. Luta pelo Território na Causa Indígena.

Fonte: antigo.socioambiental.org

## A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS

Um dos pioneiros a entender o espaço e poder para além dos estados nacionais foi o geógrafo Élisée Reclus, a demonstrar que existem inúmeras geopolíticas que ultrapassa os estados nacionais do século XIX

Na literatura sobre Élisée Reclus (1830-1905), um dos geógrafos mais célebres do século XIX, um aspecto abordado com frequência é o da relação entre suas ideias políticas e seu enfoque geográfico. A propósito da sua leitura do colonialismo europeu, existe um debate interessante entre os geógrafos. Não temos aqui o espaço para resumir exaustivamente o estado da questão, mas deve-se sublinhar que a obra de Reclus é enorme, que analisá-la sem uma leitura integral, ou pelo menos ampla, do seu corpo, tem o risco de engendrar leituras preconcebidas e anacrônicas. Propomo-nos então contribuir com alguns materiais úteis para este debate, analisando a aproximação reclusiana do extermínio dos nativos americanos pelos conquistadores europeus que aparece nos últimos cinco volumes da sua obra maior, a *Nouvelle Géographie Universelle* (Nova Geografia Universal, em adiante NGU), consagrados ao Novo Mundo. Consultaremos também outras obras reclusianas como *L'Homme et la Terre* (O Homem e a Terra), para esclarecer nosso problema. Efetivamente, sabe-se da confiança de Reclus na evolução e o progresso das técnicas e das comunicações globais: como consegue ele conciliar isto com a sua crítica da Conquista e do colonialismo? Como ele se relaciona, sendo que fala de «mistura» e «assimilação» contra os racismos, com o historicismo que caracteriza o pensamento europeu (e eurocêntrico) dominante? (FERRETTI, 2015, p. 37,).

Tendo a preocupação com as agruras sócias uma delas do país e a fome a médico pernambucano. José de Castro analisa a fome no mundo, tornou-se fundamental para o entendimento da distribuição no alimento no mundo e Brasil, tratando o espaço e poder.

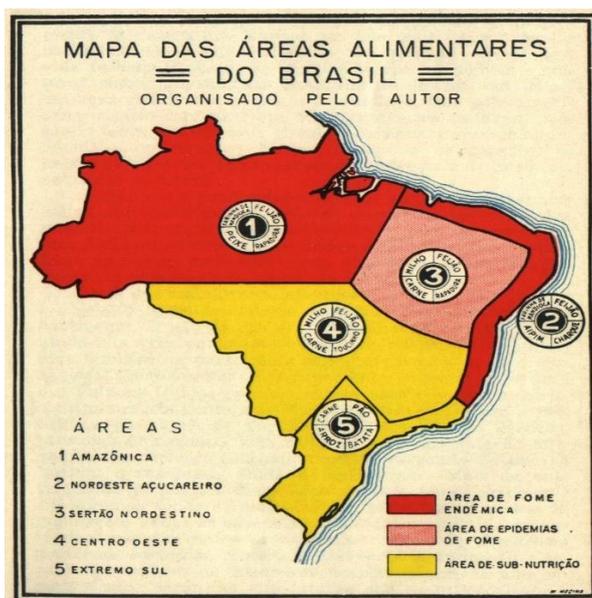


Figura 04. Mapa da Fome no País.

Fonte: [geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-75-anos](http://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-75-anos).

### *A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS*

Baseado pelo mapa acima, observa-se a distribuição das concepções do quanto o país está dividido, se tratando da fome. Com isso é perceptível que a área Amazônia apresenta uma expressiva fome endêmica.

A região Oeste do estado de Santa Catarina era conhecida, antes de 1912, como “terra de ninguém” (expressão nossa) ou, como se referiam os agricultores do Rio Grande do Sul em suas falas cotidianas, “terras do Paraná”. Foi nas disputas pela limpeza da terra, realizadas por colonizadoras, bugreiros, imigrantes de matizes europeias, pelos acordos de fronteiras entre Brasil e Argentina e pela delimitação de territórios entre os estados do Paraná e Santa Catarina que esse espaço se tornou palco de conflitos e guerras sangrentas, como a guerra entre “pelados” e “peludos”, então denominada “Guerra do Contestado”.

Pessoas de muitas etnias e já mestiças nos processos de encontros, procedências e caminhos são, na maioria, remanescentes de indígenas, europeus, africanos, enfim, de brasileiros nas suas diferentes cores de pele e, também, de diferentes manifestações culturais. Ingênuas, na maioria, vítimas dos processos fundiários do Brasil, com referência às capitânicas hereditárias, sesmarias, Leis da Terra de 1850-1854 e concessões para empresas estrangeiras em troca de serviços ou privilégios governamentais, além de racismo, xenofobia, preconceitos e intolerâncias praticados contra eles, que eram denominados, por muitos anos, de “brasileiros” (expressão nossa), sendo caboclos, indígenas, negros e pobres (PIOVEZANA et al, 2018, pp. 230-231).

Os grupos sociais organizados têm suas ações paralelas ao estado nacional, eles se apresentam assim no mundo. No Brasil suas ações podem ser vistas, de firma diversificada através de inúmeros movimentos e ações sociais, como os movimentos dos sem terras, grupos indígenas organizados, os quilombolas esses podem representar através de suas ações dadas pelas suas territorialidades, que demonstra sua ação que muitas vezes ultrapassa em obter um território que implica em ter uma causa própria.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entender os fenômenos geográficos recai sobre o entendimento das territorialidades, que remete ao tipo de poder social, que não necessariamente é analisada direta por uma luta territorial, essa busca ou luta social se expressa em diferentes movimentos como os indígenas, quilombolas e sem – terras, que demonstram uma dinamicidade do espaço que vai além do estado nacional.

Portanto, essa busca por terminalidades sociais, têm tido um resultado expressivo diante de muitas lutas dos povos tradicionais, que por muito tempo foram obrigados a ficar calados e oprimidos.

*A BUSCA DAS TERMINALIDADES DOS GRUPOS SOCIAIS***REFERÊNCIAS**

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FERRETTI, Federico. A geografia de Élisée Reclus frente ao extermínio dos ameríndios: questões científicas e políticas, **Élisée, Rev. Geo. UEG** – Anápolis, v.4, n.1, p.36-52, Jan./jun. 2015.

IRIAS, Frederico Duarte. GEOPOLÍTICAS CRÍTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS, **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro.

LIMA, Marta Goreth Marinho; PEREIRA, Elves Marcelo Barreto. **Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia**, Belo Horizonte 03(1) 107-119 janeiro-junho de 2007.

NETO, Jaime Bernardo. A SUPERACÃO DA DICOTOMIA OBJETIVIDADE X SUBJETIVIDADE NA GEOGRAFIA E SEUS REFLEXOS SOBRE OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE ESPACIAIS DE PODER E OS CONCEITOS, DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE, **Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 78, p. 333-355, jan./abr 2021.

PEOVEZANA, G.D., PIOVEZANA, L. BERNARTT, M.L. Territórios e territorialidades contestadas: espaços em conflitos e disputas pela terra. In: TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas [online]**. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. **Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**, 5ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SILVA, Elisângela. C. de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**, Sep-Dec 2018.